



Corrente Proletária ESTUDANTIL

#12 FEV/2012



www.pormassas.org - estudantil@pormassas.org



Em 2011, as massas de jovens desempregados e estudantes empobrecidos da classe média de diversos países se lançaram em defesa de suas vidas por meio da ação direta, ocupando praças e prédios públicos, bloqueando ruas, realizando greves e enfrentando a repressão dos governos. As taxas de desemprego entre a juventude são alarmantes, chegando a índices de 49,6% na Espanha, 46,6% na Grécia e 90% no Egito, sendo que neste último dois terços da população têm menos de trinta anos.

Os levantes revolucionários no Norte da África e Oriente Médio contaram com a massiva presença da juventude. A importância da sua aguerrida ação direta se projetou em vários países. As manifestações configuraram uma onda internacional, constituindo movimentos multitudinários, que se chocaram com os governos. Na Grécia sobressaíram os enfrentamentos contra os cortes de direitos. No Chile, o movimento estudantil se destacou pela

defesa da educação gratuita, fazendo menção inúmeras vezes à Praça Tahrir. Nos Estados Unidos, também o Occupy Wall Street levantou a bandeira de Puerta del Sol da juventude espanhola.

A juventude sente mais profundamente a falta de perspectivas e se põe instintivamente à frente das lutas, se chocando com a classe dominante que nos momentos de crise mais aguda do capitalismo se vê obrigada a atacar mais intensamente as vidas das massas, por meio do desemprego, aumento dos custos de vida, pacotes de austeridade etc. Os altos índices de desemprego revelam a destruição da força de trabalho como parte da destruição das forças produtivas. Para conter essa massa oprimida, a burguesia faz uso de seu aparato repressor para prender e assassinar aqueles que saem às ruas em defesa de suas vidas. A fase imperialista no capitalismo é a fase de revoluções e contrarrevoluções.

Esses movimentos com toda a

sua explosão e projeção internacional encontram limitações devido à ausência da política do proletariado e da presença de burocratas estudantis que agem para conter as manifestações oriundas da base. Estiveram submetidos a posições democratizantes, o que expressa ilusões da pequena burguesia urbana de solucionar os problemas pelo parlamento, obscurecendo as reivindicações fundamentais contra o desemprego, o subemprego e as medidas governamentais de ataque à vida das massas.

A superação dessas limitações passa necessariamente pelo enfrentamento das direções políticas pequeno burguesas e burguesas e pela construção do partido revolucionário que atue no seio da juventude com a política operária, que parte das reivindicações mais sentidas pelos oprimidos e as vincula com a tarefa histórica de sepultar o capitalismo, por meio da revolução e ditadura proletárias.

SiSU mantém a exclusão da maioria

O governo federal divulga nos meios de comunicação a sua “política de inclusão” através do SiSU (Sistema de Seleção Unificada). Os dados, contudo, revelam o caráter demagógico da medida: após o funil do SiSU, a exclusão da maioria do ensino superior público não pôde ser revertida. As dificuldades para dar continuidade aos estudos permanecem. A maior parte dos alunos, por exemplo, mora distante da universidade, que não conta com moradia. Prevalece a seleção econômica daqueles que acessam a universidade, porque sem condições financeiras não dá para mudar de município ou de estado.

Na Unifesp, por exemplo, foram mais de 83 mil inscritos para concorrer a 2.391 vagas. O acesso à universidade é um

direito democrático que o Estado burguês não cumpriu, por isso são fundamentais as reivindicações de vaga para todos, fim dos vestibulares e estatização da rede de ensino privada sem indenização.

Chamamos todos os estudantes a participar das atividades da semana de calouros, discutir questões acerca da universidade, se organizar politicamente nos centros acadêmicos de seus respectivos cursos e debater uma política proletária para o movimento estudantil, que parta do combate a precarização e privatização do ensino superior público e aponte como perspectiva uma nova universidade, como parte de uma nova sociedade, a socialista, que vincule a teoria à prática desenvolvendo as forças produtivas bloqueadas pelas relações de produção monopolistas.

UNESP - PRESIDENTE PRUDENTE/SP: Construir centros acadêmicos de luta!

Nesse ano, os estudantes de Química e outros cursos esbarraram na falta de um centro acadêmico (CA) para organizar a recepção dos calouros e a volta às aulas. Apesar de serem tarefas elementares, a preparação para cumpri-las colocou a discussão sobre a importância das entidades como instrumentos de luta. A resposta deve ser o encaminhamento da discussão em cada curso sobre a convocação de eleições.

Não faltam problemas para enfrentar, da infraestrutura insuficiente à estrutura de

poder antidemocrática da universidade. O CA deve organizar os estudantes ao redor de suas reivindicações e preparar as ações de resistência. Sua direção deve politizar o debate, ou seja, mostrar a relação das bandeiras específicas com a situação geral de decadência da universidade e da juventude no país e em todo o mundo, particularmente aguda na conjuntura de crise do capitalismo.

Outra exigência importante é que as entidades tenham independência financeira. A sustentação por outra via que

não pelas mãos dos próprios estudantes sempre acaba resultando em perda do controle político sobre a entidade. O que significa muitas vezes transformá-la em simples organizadora de eventos e órgão meramente informativo. Ou seja, no lugar de instrumento de luta independente, acaba cumprindo um papel de auxiliar da burocracia universitária. A Corrente Proletária chama os estudantes a rejeitar essa linha política de conciliação.

UNIFESP - GUARULHOS /SP: Por melhores condições de estudo!

Desde 2007 o campus passa por mobilizações importantes dos alunos por permanência e melhoria da infraestrutura. Para se ter uma ideia, faz 5 anos que estudantes e trabalhadores aguardam a construção e entrega do prédio definitivo da universidade. Em 2011, a greve dos funcionários permitiu

que os estudantes discutissem suas pautas e comessem uma mobilização, que acabou não culminando em greve. A condição do campus, entretanto, não é exceção no cenário nacional.

Para não ser acusado de inércia diante da situação precária das universidades federais, o governo Lula lançou o

REUNI (programa de reestruturação e expansão). O projeto criou campi e aumentou o número de matrículas sem aumentar suficientemente as verbas para o ensino superior público. Os efeitos são os mesmos em todo o país: ainda faltam salas de aula e professores, livros nas bibliotecas, laboratórios etc.

UFABC/SP: Lutar pela reabertura do Restaurante Universitário

O restaurante universitário (RU) da Universidade Federal do ABC está fechado desde dezembro de 2011, devido a não renovação do contrato com a empresa que prestava serviço, que queria aumentar o preço das refeições. A privatização é um instrumento para beneficiar determinados grupos empresariais em detrimento dos interesses da maioria. Esse fenômeno atinge outros setores, como segurança e limpeza, onde os funcionários trabalham em condições precárias, sem estabilidade, com salários inferiores aos dos trabalhadores

efetivos e sem os mesmos direitos destes.

Os estudantes devem responder coletivamente exigindo a reabertura do RU, sob o controle dos que estudam e trabalham. O restaurante universitário não pode ser tratado como uma regalia, e sim como uma das condições necessárias que garantem o direito à Educação, especialmente àqueles que mais necessitam. Sua ausência implicará na manutenção de uma política elitista, pois muitos continuarão assistindo aula com fome ou se alimentando de forma

inadequada. Como vemos o vestibular não é a única forma de exclusão da maioria.

Por isso devemos colocar as reivindicações de reabertura e de fim da terceirização, entendendo que essa luta é parte da defesa da universidade pública. Quanto aos trabalhadores terceirizados, cabe a defesa de que sejam efetivados sem necessidade de concurso. Os estudantes devem se organizar por meio de seus fóruns democráticos para defender o direito de permanência na universidade, empregando o método da ação direta.

UEL/Londrina: Desafios do movimento estudantil

O avanço da política privatizante da educação - dos governos federal e estadual - golpeia as universidades, compromete sua condição de instituições públicas e gratuitas, degrada a já escassa autonomia e exige o enquadramento do movimento estudantil. No final de 2011 a Universidade Estadual de Londrina recebeu diversos ataques como o fim da paridade para a escolha do reitor. A Corrente Proletária Estudantil defende que a universidade seja organizada e gerida por aqueles que estudam e trabalham, mas essa medida desferida pelo conselho universitário torna o processo de escolha do reitor ainda mais antidemocrática. Os departamentos foram pressionados a "enquadrar" os estudantes de serviço social que boicotaram o ENADE, o que provavelmente significará perseguição política aos boicotadores. Para 2012 a previsão é de mais ataques ao ensino público continua com cortes orçamentários, congelamentos salariais e mais ingerência do Estado.

Dificuldades para a calourada unificada

Para enfrentar a essa ofensiva na destruição da universidade pública é necessária a constituição de um DCE de luta, que construa

uma calourada unificada politizada, fundamental para incorporar desde o primeiro dia os novos estudantes à luta, principalmente num momento em que há uma tendência repressiva muito forte do Estado aos movimentos sociais (invasão da USP, Pinheirinho, Teresina etc.) e o constante ataque da burocracia à democracia universitária.

A Corrente Proletária defende e trabalha com o programa do proletariado no seio da juventude e defende a unidade do movimento estudantil, entendendo que essa unidade só será alcançada ao redor das reivindicações comuns como falta de professores, aumento do RU, que devem ser vinculadas às questões mais gerais como a privatização da universidade. Por isso, o principal desafio na UEL é constituir uma oposição programática, que defenda a democracia estudantil e que utilize o método da ação direta, como caminho a ser trilhado para conquistar as reivindicações do movimento e combater o Estado e burocracia universitária, que se coloque pela defesa do acesso universal; pelo ensino público, gratuito, e laico e pela estatização sem indenização de todo o sistema privado de ensino.



A greve de estudantes da USP, iniciada em 08 de novembro, logo após a desocupação da reitoria pela tropa de choque e prisão de 73 pessoas, revelou que existia uma tendência de luta muito profunda entre as bases, capaz de colocar em pé um movimento democrático pela expulsão da PM da universidade e pelo fim da perseguição política promovida pela reitoria. Um movimento que enfrentou desde o início uma série de obstáculos, em especial a política da direção do DCE (PSol), que sempre esteve contra a luta. Enfrentou a difamação da imprensa burguesa, o boicote da grande maioria dos professores, a repressão que se iniciou na desocupação da reitoria, mas que se estendeu com a eliminação de 8 estudantes, fechamento do DCE e iminência de desocupação da moradia retomada.

A recepção dos calouros terá uma grande influência nos rumos do movimento. Ganhar os calouros para a greve ou para a conciliação definirá

em grande medida o destino da greve iniciada no final de 2011.

A burocracia universitária, sob o tação da reitoria, vai atuar centralizada em defesa de por fim à greve e buscar uma conciliação que preservará a PM violando a autonomia universitária. Terá como seus auxiliares o PSol e PSTU, que vão atuar para que não se coloque um movimento grevista.

É preciso fazer uma campanha diária, que comece já no primeiro dia de aula, que se organize ao redor das bandeiras democráticas de combate à repressão em todos os sentidos: que defenda os processados e a volta dos eliminados pela reitoria; que se coloque pela autonomia universitária, com a retirada da PM do campus; que se coloque ao lado dos outros movimentos que sofrem a repressão, tanto de estudantes quanto de trabalhadores e sem-teto: Teresina, Vitória, Recife, Pinheirinho, desocupação do centro de São Paulo etc.

A greve tem de ser preparada

com atos, manifestações, que criem as condições para a radicalização ao redor das bandeiras de luta. Dessa forma, a convocação da assembleia do dia 08/03 será feita a partir de ações unitárias e centralizadas dos estudantes, que poderão culminar na aprovação da continuidade, ou retomada, da greve de 2011. É possível que isso aconteça, porque existe uma tendência geral de luta entre a juventude, que tem se manifestado em vários movimentos (inclusive no da USP no ano passado), e uma vanguarda que se organizou e tem atuado para dar continuidade ao movimento. É preciso trabalhar pela unidade dos calouros com essa vanguarda, de forma a constituir uma maioria que dê expressão à luta democrática de defesa da autonomia universitária, contra as políticas de maior intervencionismo governamental e privatista do governo do PSDB e de seu reitor-interventor.

USP: MNN opõe campanha para DCE à construção da greve

As eleições para o DCE estavam marcadas para novembro do ano passado, mas a mobilização heróica contra a PM e os processos levou a um adiamento. A Corrente Proletária compõe a chapa de oposição 27 de Outubro e trabalhou por sua construção, que resultou de uma unidade de correntes de esquerda e estudantes independentes em torno dos eixos do movimento.

Em todo o período de férias, no entanto, a 27 de Outubro não se reuniu e portanto não atuou, apesar de nossos esforços e de outros companheiros para reuni-la. O que é grave, porque a reitoria, por sua vez, não descansou. Pelo contrário: oito estudantes foram eliminados, o espaço do DCE foi fechado e a Moradia Retomada esteve sob a ameaça de reintegração de posse.

No dia 06/02, finalmente a chapa se reuniu. A principal polêmica girou em torno de um argumento do Movimento Negação da Negação (MNN), que dizia não ter divergências profundas com

o programa da chapa, mas que tinha ressalvas principalmente quanto ao peso a ser dado ao trabalho em torno dela. Afirmava ser mais importante colocar o foco no fortalecimento da greve, estabelecendo uma falsa oposição entre a campanha para o DCE e o movimento contra a PM e os processos.

Há dois erros nessa avaliação. Primeiro: a chapa nasceu da luta concreta e a expressa, sintetizando seus eixos na carta-programa. Segundo: MNN subestima a importância do combate à atual direção do movimento estudantil, hoje nas mãos do PSol. Este partido, em aliança com o PSTU, atuou desde o princípio em oposição à luta. Na direção do DCE, sua linha de boicote às assembleias, conciliação com a reitoria e isolamento das mobilizações que ocorreram deram expressão política à direita.

O MNN se justifica afirmando que nosso inimigo é o reitor Rodas e a PM, e não o bloco PSol/PSTU. Não

compreende a diferença entre a frente única da luta contra a reitoria e o governo, que deve incluir todas as correntes do movimento, e a luta pela construção de uma nova direção, que implica o combate à direção atual, o PSol.

Apesar de permanecer na 27 de Outubro, essa linha política leva o MNN a uma postura liquidacionista da chapa, embora ainda seja inconsequente. “Não dar peso” à campanha pela chapa significa deixá-la de lado e não travar a disputa com a atual direção. O MNN não compreendeu a necessidade de constituir uma direção revolucionária para o movimento estudantil, e que essa tarefa é parte da luta para desenvolver a mobilização dos estudantes, e tem uma relação de interdependência com ela. Sem impulsionar a mobilização, a chapa não tem futuro; e o movimento só tem futuro se se trabalhar por uma nova direção.

Aumentos de tarifa nas férias são respondidos com luta

Mesmo em período de férias, os estudantes já neste ano protagonizaram importantes manifestações contra o aumento da tarifa dos transportes. Em Teresina (PI), Vitória (ES) e Recife (PE) onde as tarifas tiveram aumento de 10,5%, 6,8% e 6,5%, respectivamente, as lutas para barrar o aumento contaram com bloqueio de importantes avenidas, passeatas e catração. As lutas tiveram apoio da população, mas foram violentamente reprimidas. A polícia utilizou balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, prendeu manifestantes e diversos saíram feridos. O dia 09 de fevereiro foi marcado por manifestações em várias cidades em uma tentativa de rearticulação de um movimento nacional.



O Estado e os empresários alegam o aumento nos custos dos transportes e a inflação para justificar o aumento sistemático da tarifa. Na verdade serve para manter a alta lucratividade dos capitalistas dos transportes. Principalmente em um período de crise, a burguesia não abre mão de sequer um centavo e aplica com toda a brutalidade a repressão àqueles que lutam

contra o aumento. Os primeiros bolsos a sentirem o peso das tarifas elevada são os dos estudantes e desempregados. Aqueles que estão empregados recebem em sua grande maioria um salário de fome e o gasto com transporte consome parcela importante do orçamento familiar. O transporte é um direito necessário para garantir o acesso à outros direitos como lazer, educação, saúde, etc. Por isso a luta contra o aumento toma a sua importância.

É necessário defender os direitos e a vida dos oprimidos nas ruas, na luta contra as imposições dos capitalistas. O passe livre para estudantes e desempregados e o salário mínimo vital com escala móvel de reajuste, segundo nossos cálculos hoje em torno de R\$3.900,00, correspondem a esta tarefa.

Londrina: Prefeito faz demagogia com o Passe Livre

De olho na reeleição, o prefeito Barbosa Neto lançou um projeto de lei que, antes de sair do forno, já despertou a disputa de paternidade com outros parlamentares, que já fizeram demagogia anteriormente com a promessa de transporte gratuito para o estudantes.

O passe livre é uma bandeira histórica, faz parte do direito democrático à educação. Na boca da burguesia representa perigos, como o aumento da tarifa, demissão de trabalhadores e mais

transferência de dinheiro público para subsidiar o lucro do grande empresário do transporte. Pelo projeto de Barbosa, serão mais de R\$10 milhões para custear o Passe Livre e outras isenções que já são subsidiadas atualmente. O Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do transporte coletivo, do qual a Corrente faz parte, defende o passe livre para estudantes e desempregados. Para responder aos aumentos das tarifas, levanta a bandeira

de salário mínimo vital. Lutamos com o método da ação direta para desmascarar as intenções eleitoreiras dos políticos da burguesia.

Exigimos também a estatização sem indenização de todo sistema de transporte, que deve ser controlado pelos trabalhadores. Nenhum centavo a mais! Nenhum cobrador a menos! Viva a organização independente dos estudantes e trabalhadores!



Crise e Revolução

**Excertos de “Aonde vai a França?”,
de Leon Trotsky - parte IV**

Continuamos a publicação de trechos da obra escrita em um quadro de desintegração da economia europeia pós 1929, momento em que se aguçava a luta de classes, com a perigosa ascensão do fascismo. Trotsky alertava para a necessidade de ajustar a tática frente à situação, que caracterizava como pré-revolucionária, diferente das orientações da III Internacional estalinizada que dizia que a situação “não era revolucionária”.

COMO A BURGUESIA APRECIA A SITUAÇÃO?

O declínio do capitalismo, junto com o grau extraordinariamente elevado das forças produtivas, é a premissa econômica da revolução socialista. Sobre esta base se desenvolve a luta de classes. Na luta viva das classes se forma e amadurece uma situação revolucionária.

Como aprecia a situação atual e como atua a grande burguesia, o amo da sociedade contemporânea? O 6 de fevereiro de 1934 não foi inesperado, apenas para as organizações operárias e a pequena burguesia. Os centros do grande capital participavam desde muito tempo do complô, com o objetivo de substituir o parlamentarismo pela violência, pelo bonapartismo. Isto significa: os bancos, os trustes, o estado maior, a grande imprensa julgaram tão próximo o perigo da revolução que se apressaram em se preparar para ela mediante um “pequeno” golpe de estado.

Deste fato surgem duas conclusões importantes: 1) os capitalistas, desde antes de 1934, julgavam a situação como revolucionária; 2) não ficaram esperando passivamente o desenrolar dos acontecimentos, para recorrer no último

momento a uma defesa “legal”, mas sim tomaram eles mesmos a iniciativa, lançando seus bandos na rua. A grande burguesia deu aos operários uma inapreciável lição de estratégia de classe!

(...) Segunda lição destacável de estratégia de classe! Mostra que inclusive o grande capital, que tem a sua disposição todos os postos de mando, não pode apreciar de um só golpe a priori e infalivelmente a situação política em toda sua realidade: entra na luta e, no processo, sobre a base da experiência que esta lhe dá, corrige e precisa sua apreciação. Este é, em geral, o único meio possível de se orientar na política exatamente e ao mesmo tempo, ativamente.

E os chefes da Internacional Comunista? Em Moscou, sem tomar em conta o movimento operário francês, alguns burocratas medíocres, mal informados (...) dão o diagnóstico infalível, comajuda de seu termômetro: “A situação não é revolucionária”. O Comitê Central do Partido Comunista francês está obrigado a repetir esta frase vazia, fechando olhos e orelhas. O caminho da Internacional Comunista é o caminho mais curto para o abismo!